



À

Andrade Serviços Gerais Ltda. - EPP.

Sr. Guilherme Gonçalves de Andrade

E-mail: financeiro@andradeholm.com.br



Resposta ao Recurso Impetrado ao Edital de Pregão Presencial Nº 29/2013.

OBJETO: Contratação de Serviços de Servente e Zeladoria para a Matriz e Superintendências.

QUESTÕES PRELIMINARES

O recurso foi impetrado tempestivamente no prazo estabelecido nos termos do inciso XVIII, art. 4º da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e item 12.1 do Edital pela empresa **Andrade Serviços Gerais Ltda - EPP** contra a sua desclassificação.

A **Orcali Serviços Especializados Ltda.** apresentou contra-razões tempestivamente nos prazos legais e editalícios.

1. RELATÓRIO

A empresa **Andrade Serviços Gerais Ltda – EPP** foi desclassificada previamente à fase de lances conforme manifestação técnica e relatado em ATA pelo seguinte motivo:

Proposta em desacordo com o ANEXO VII do Edital. Da Manifestação Técnica: Cotou na planilha de preços somente a contribuição assistencial, **faltando cotar a contribuição patronal, elementos esses obrigatórios durante a vigência da atual Convenção Coletiva de Trabalho 2013/2013 da Categoria de Asseio e Conservação e Serviços Terceirizados do Estado de SC. (grifo nosso)**

1.1. Alegações da Recorrente.

A **recorrente** alega em seu Recurso Administrativo:

I – DESRESPEITO AO PRINCÍPIO DO PREGÃO – MODALIDADE MENOR PREÇO.

[...]

Desta forma houve violação ao art. 4, inc, X da Lei n. 10.520/2002, no que tange a contratação de empresas que oferte o menor preço, pois no caso apresentado não foi o que ocorreu, [...]

f

II – DESCLASSIFICAÇÃO INDEVIDA – ARGUMENTAÇÃO INVÁLIDA

[...]

Pois bem, de acordo com dispositivo legal supracitado há o entendimento de que em se tratando de Empresa de Pequeno Porte NÃO HÁ OBRIGATORIEDADE ao pagamento da contribuição assistencial e patronal.

A **Andrade** cita o Art. 13, § 3º da Lei Complementar 123/2006.

A recorrente peticiona que ela seja mantida no certame licitatório por considerar que foi desclassificada sem embasamento legal.

1.2. Contra-Razões Apresentadas.

As Contra-Razões apresentada pela **Orcali** expõe:

Ainda em 2.013 provavelmente a empresa **ANDRADE** deixará de ser uma EPP – Empresa de Pequeno Porte, mas com toda certeza se ela contratar com a CASAN, em 2.014 ela não será mais uma EPP.

Afirma que em pesquisa feita na página www.portaldatransparencia.pr.gov.br a empresa **Andrade** extrapolaria o limite de faturamento de R\$ 3.600.000,00, e, encerraria a sua condição de EPP.

Alega ainda que a Andrade errou na sua proposta ao cotar adicional de insalubridade também por esse erro deveria ter sua proposta desclassificada.

A **Orcali** requer que seja mantida a decisão do Pregoeiro e que se necessário seja feita diligência para certificar que a empresa terá que alterar sua condição de EPP.

2. DA ANÁLISE

2.1. Quanto à afirmação de Desrespeito ao Princípio do Pregão.

O Pregoeiro agiu dentro da legalidade e princípios norteadores da Licitação (na modalidade Pregão Presencial).

Decreto 3.555/00 que regulamenta a modalidade:

Art. 9º As atribuições do pregoeiro incluem:

f



III - a abertura dos envelopes das propostas de preços, o ~~seu~~ **exame** e a classificação dos proponentes;

Portanto, diante da manifestação da área técnica e regras do Edital o Pregoeiro desclassificou a Proposta motivadamente por não atender a critérios objetivos.

2.2. Quanto à afirmação de Desclassificação Indevida.

A recorrente alega que conforme Lei 123/2006 está isenta da Contribuição exigida na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT) e, portanto não deveria ser desclassificada por não contar em sua Proposta de Preços a referida contribuição.

Nas contra-razões apresentada pela **Orcali** afirma que a recorrente ultrapassaria o limite legal determinado pela Lei 123/2006 para continuar na condição de EPP, portanto deveria ser mantida a desclassificação da Andrade.

Sobre o tema entende-se que a aplicabilidade imediata das regras contidas na LC 123/06 automatiza a exclusão do regime diferenciado à sociedade empresária quando excede-se o limite de receita bruta anual e/ou enquadrando-se em uma das exceções previstas no §4 do art. 3º da LC 123/06, portanto, ficará excluída no mês subsequente do tratamento jurídico diferenciado, devendo a empresa efetuar declaração de desenquadramento e averbar junto a Junta Comercial do Estado em que a empresa foi constituída.

Limite este estabelecido em R\$ 3.600.000,00.

O Pregoeiro verificou documentos oficiais e constatou as seguintes informações (demonstrada no quadro abaixo e devida cópias dos documentos no Anexo I):

Item	Veículo de Informação (Oficial)	Informação	Valor (em R\$)
1	Portal Transparência Paraná http://www.portaldatransparencia.pr.gov.br	Relação de Pagamentos de Compras e Serviços Efetuados - Janeiro a Outubro de 2013 para a Andrade Serviços Gerais Ltda. - CNPJ 04.231.640/0001-63	3.302.821,54
2	Portal Transparência Governo Federal http://www.portaltransparencia.gov.br	Gastos diretos por favorecido - ano de 2013 - Andrade Serviços Gerais Ltda - ME Andrade & Holm Serviços Gerais	113.777,47

4



3	Diário Oficial da União – Seção 3 – Nº 32, segunda-feira, 18 de fevereiro de 2013. Página 151. http://portal.in.gov.br/	Proc. Nº 244/2012-SAF - Pregão 50/2012 - Termo Contratual nº 018/2013 - OBJETO: prestação de serviços de apoio administrativo na área de limpeza, asseio e conservação, de natureza contínua, imóveis sedes dos Cartórios Eleitorais no municípios de Iguatemi, Ivinhema, Mundo Novo, Naviraí e Sete Quedas/MS - Polo 8. Valor do contrato: 74.679,98. Contratada ANDRADE SERVIÇOS GERAIS LTDA - EPP. CNPJ: 04.231.640/0001-63. AÇÃO 02.122.0570.20GP.0054. Nota de Empenho 2013NE000197. Data da Assinatura: 21/01/2013.	74.679,98
4	Diário Oficial da União – Seção 3 – Nº 124, segunda-feira, 1 de julho de 2013. Página 152. http://portal.in.gov.br/	Nono Termo Aditivo ao Contrato 168/2009; Data da Assinatura: 27/06/13; Contratada: 04.231.640/0001-63 / ANDRADE & HOLM SERVIÇOS GERAIS LTDA; Objeto do Termo Aditivo: Repactuação do valor da mão-de-obra, a partir de 01/02/2013, impactando em 6,0226% e a partir de 20/02/2013 em mais 3,3382% no valor global. Valor global Contratado: Passou de R\$ 1.070.520,48 (um milhão, setenta mil, quinhentos e vinte reais e quarenta e oito centavos) para R\$ 1.172.883,60 (um milhão cento e setenta e dois mil oitocentos e oitenta e três reais e sessenta centavos).	1.172.883,60
5	Diário Oficial da União – Seção 3 – Nº 159, segunda-feira, 19 de agosto de 2013. Página 132. http://portal.in.gov.br/	Terceiro Termo Aditivo ao Contrato 163/2010; Data da Assinatura: 25/06/13; Contratada: 04.231.640/0001-63/ANDRADE E HOLM SERV GERAIS LTDA; Objeto do Termo Aditivo: Repactuação de mão de obra. Valor global Contratado: Passou de R\$ 27.279,84 (vinte e sete mil duzentos e setenta e nove reais e oitenta e quatro centavos) para R\$ 39.005,76 (trinta e nove mil e cinco reais e setenta e seis centavos).	39.005,76
Total			4.703.168,35

As informações oficiais demonstram de imediato nos sites da “transparência” do Governo do Estado do Paraná e do Governo Federal o faturamento, por parte da recorrente, de janeiro de 2013 até o presente momento, de R\$ 3.302.821,54 e R\$ 113.777,47 respectivamente.

O Diário Oficial da União (DOU) Nº 32 confirma a nota de empenho 2013NE000197 em 21/01/2013 no valor de 74.679,98.

Em 01 de julho deste ano é publicado no DOU Nº 124 o *Termo Aditivo: Repactuação do valor da mão-de-obra, a partir de 01/02/2013, impactando em 6,0226% e a partir de 20/02/2013 em mais 3,3382% no valor global*. Constata-se, portanto que já existe um contrato de prestação de serviços por parte da empresa **Andrade** e o mesmo foi repactuado em 2013 no valor de R\$ 1.172.883,60.

✱



Observa-se ainda que a Andrade tem mais um contrato de prestação de serviços em andamento que em 2013 foi repactuado no valor de R\$ 39.005,76, conforme DOU nº 159.

Totalizando um valor superior ao permitido em lei (R\$ 3.600.000,00) para prerrogativa de EPP e sobre o tema a o Art. 1º da Instrução Normativa Nº 103 determina:

O enquadramento, reenquadramento e desenquadramento de microempresa e empresa de pequeno porte pelas Juntas Comerciais será efetuado, conforme o caso, mediante arquivamento de declaração procedida pelo empresário ou sociedade em instrumento específico para essa finalidade.

Conforme preceito legal da LC 123/06 e normativo da IN 103/2007 entende-se que a **Andrade Serviços Gerais Ltda.** não tem mais direito às prerrogativas de Empresa de Pequeno Porte e deveria fazer os procedimentos definidos em legislação para oficializar seu desenquadramento.

Portanto, não está isenta de recolher a Contribuição Exigida na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria.

Sobre a questão ainda o Pregoeiro consultou o **SEAC – Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação e Serviços Terceirizados do Estado de Santa Catarina**, que respondeu à CASAN através da sua consultoria jurídica e afirma o seguinte:

[...] a Contribuição Assistencial Patronal é devida por todas as empresas **abrangidas pela Convenção Coletiva**, não estando prevista qualquer exceção. O fato de empresa estar enquadrada em ME e/ou EPP **não** a isenta do pagamento.

[...]

Neste sentido, cumpre salientar que a norma coletiva estabelece regras nas relações de trabalho em todo o âmbito das respectivas categorias (econômica) e (profissional), **beneficiando e obrigando todas as empresas e empregados do setor.**

2.3. Quanto a Contra-Razões referente ao adicional de insalubridade.

Verifica-se que a recorrente cotou equivocadamente o campo “insalubridade” informando um valor maior do que o exigido. Tal situação já foi analisada previamente pela área técnica (no momento de verificar a aceitabilidade das Propostas) e entende-se que não foi motivo para desclassificação.

4



3. DA CONCLUSÃO

Isto tudo considerado, submetemos o presente para sua apreciação e decisão, propondo:

3.1. O Indeferimento do pedido da **Andrade Serviços Gerais Ltda. - EPP**.

3.2. O prosseguimento imediato do referido Pregão.

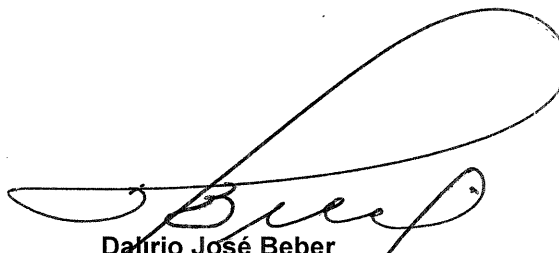
É o parecer.

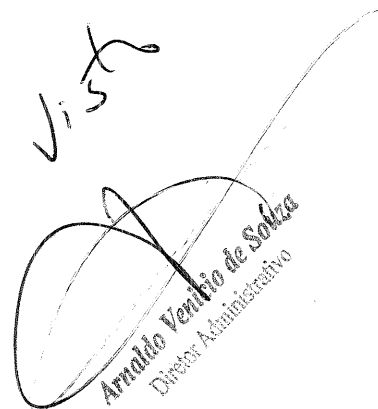
Florianópolis, 25 de outubro de 2013.


Adolfo Curotto Martins
PREGOEIRO

Aprovo o parecer, por seus lícitos fundamentos. Proceda-se, assim como proposto pelo Pregoeiro.

Dê-se publicidade a decisão.


Dalirio José Beber
DIRETOR PRESIDENTE


Visto
Arnaldo Venício de Souza
Diretor Administrativo